

Língua, memória de colonização e narratividade no século XIX

Olimpia Maluf-Souza^a

Wellington Marques da Silveira^b

Ana Cláudia de Moraes Salles^c

Resumo

Este trabalho analisa os vocábulos “descobrir”, “conquistar”, e “barbárie”, como vestígios de ancoragem da constituição dos primeiros sentidos sobre a língua brasileira e do processo de colonização científica e territorial, pelo europeu, no Brasil. Recortamos as três definições com base em condições de produção distintas: as duas primeiras retiradas do dicionário Houaiss (2015), e a terceira do diário do pintor e viajante francês Hércules Florence (2007), escrito no século XIX, propondo uma interlocução entre os modos como essas palavras fazem movimentar e repetir, da memória discursiva, os sentidos instituídos na/pela colonização europeia no Brasil e seus desdobramentos para a formação da língua nacional. Ancorados aos pressupostos da História das Ideias Linguísticas, em articulação com a Análise de Discurso, buscamos precisar como o sujeito-colonizador se relaciona com a língua brasileira, em suas práticas iniciais de colonização, e as formas dos sentidos sedimentados pelas definições dicionarizadas.

Palavras-chave: Língua Nacional. Memória de Colonização. Relatos de Viagens.

Recebido em: 15/10/2018

Aceito em: 09/03/2019

^a Professora no Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/Cáceres. E-mail: olimpiamaluf@gmail.com.

^b Mestrando em Linguística pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Linguística – UNEMAT/Cáceres. E-mail: wellington.unemat-letas@hotmail.com.

^d Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Linguística – UNEMAT/Cáceres. E-mail: anaclaudia.salles@gmail.com.

Introdução

O efeito de unidade e de ordenamento dos fatos na narrativa de episódios encontra-se no cerne da composição dos relatos de viajantes. Nestas escrituras, a representação do Novo Mundo, do homem não europeu e das formas de manifestação de sua língua foi orientada por princípios etnocêntricos e constituída por uma tarefa, tanto conveniente quanto atraente, do colonizador, nos séculos XV, XVI e XVII, e dos cientistas/artistas-viajantes, nos séculos XVIII e XIX.

O movimento da escrita e das andanças encerra uma relação do espaço percorrido/documentado com o corpo do viajante, não de maneira transparente e direta, mas mediada pela hierarquia do poder/saber, representada pela figura do Estado e de suas instituições, que normatizam as formas de dizer/escrever.

É nesse sentido, pois, que concordamos com o que teorizou Foucault (1987, p. 164) a respeito da criação das disciplinas, afirmando que o

[...] corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder” [...] ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina.

Em outras palavras, e compreendendo que o corpo é fruto dos movimentos autorizados a serem executados no gesto de registrar, ao constituir-se como autor do que escreve, o viajante o faz pela relação linguagem/sujeito/Estado, ao mesmo tempo em que sofre as injunções dessa relação na prática da escrita/do registro, determinado e esquadrinhado pelas hierarquias do poder.

Baseados, então, nesse saber/poder dizer, materializados em relatos e diários, os textos produzidos nas viagens tiveram o propósito de desenhar uma leitura europeia (portuguesa e francesa, principalmente) do sujeito não europeu, do espaço e da língua do colonizado. Essa leitura, contudo, não se restringiu apenas a organizar, cronologicamente, acontecimentos históricos e descrições físicas e temporais dos territórios, mas permitiu-nos observar, por meio de

textos-relato, modos de inscrição do viajante no simbólico, em suas diversas maneiras de apropriação da língua, marcadas pelo exercício de um saber que se instala como um poder do colonizador sobre o colonizado.

As idas e vindas, as estadas/paragens e os deslocamentos/viagens compõem, simultaneamente, o processo civilizatório/explorador e a criação de representações, estereótipos, identidades linguísticas e lugares discursivos, tanto para o europeu quanto para o habitante do Novo Mundo.

Dessa forma, é na narrativa de viagem que buscamos compreender o deslocamento e o território como elementos que ensejam um cenário privilegiado da relação do viajante com o outro, com sua língua e com suas maneiras próprias de se relacionar com o espaço em que habita.

Para colocar em visibilidade esses processos em que a circulação de sentidos sobre a língua faz repetir a memória da colonização brasileira, propomo-nos à compreensão histórico-discursiva das definições dos vocábulos “descobrir” e “conquistar”, recortadas do dicionário Houaiss (2015), e dos sentidos de “barbárie” daí decorrentes.

Desta feita, traremos, em seguida, um trecho do diário de viagem do francês Hércules Florence,¹ produzido no século XIX, em que colocamos em visibilidade, nas/pelas formulações do viajante, a repetição de sentidos ligados à “civilidade”/“barbárie” e ao apagamento das línguas indígenas, com base na retomada do imaginário europeu sobre a língua falada entre povos brasileiros, nos primeiros séculos da colonização portuguesa.

Em ambos os recortes, observamos que as práticas de colonização, realizadas tanto pela invasão e permanência forçadas quanto pela imposição de um saber sobre a língua/o povo, atualizam sentidos fundadores do território-Brasil: um espaço “vazio” cuja língua e modos de viver se desassocia dos sentidos de civilidade e das formas do bem dizer/fazer, integrando-se, nessa perspectiva, às maneiras bárbaras, não civilizadas, de administração.

Nossas reflexões estão orientadas pelos pressupostos teóricos da História das Ideias Linguísticas no Brasil (HIL), a respeito dos modos de constituição dos saberes e sentidos sobre a língua em sua estreita relação com a formação dos sujeitos brasileiros, com base nos trabalhos de Orlandi (1993), Pfeiffer

¹ Naturalista e pintor, Florence pertenceu à expedição científica do Barão Langsdorff e escreveu parte de seu diário de viagem (“Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas - de 1825 a 1829”) durante sua passagem pela cidade de Cáceres, em Mato Grosso.

(2000) e Mariani (2004; 2008), em articulação com a Análise de Discurso, proposta por Michel Pêcheux.

1. *Descobrir/conquistar:* memória e/de língua do/sobre o Brasil

A memória de colonização do Brasil mantém uma relação necessária com as práticas de posse da terra que aqui se desenvolveram. Ao atracar em mares brasileiros, o europeu significou o território de tal modo que determinados sentidos se cristalizaram na história de constitutividade de nosso país, ressoando, mais tardiamente, nos dizeres – tanto do âmbito jurídico quanto historiográfico/literário/social – e fazendo circular imaginários específicos sobre o domínio ibérico no Brasil.

Mais precisamente, referimo-nos, pelo que este texto recorta para análise, aos sentidos vinculados às palavras “descoberta” e “conquista”, ambas situadas na relação linguagem/território/colonização, enquanto disjunções administradas por diferentes memórias histórico-ideológicas.

Nessa direção, situamo-nos, no interior dessa discussão, pela pergunta: que implicações históricas e ideológicas fizeram/fazem dispersar e/ou engessar sentidos filiados a esses vocábulos?

Os textos que retrataram as grandes viagens no período da colonização põem em visibilidade modos de como a língua funciona enquanto “[...] retrato do processo de produção da nossa nacionalidade”, conforme formulado por Elizabeth Madureira:² as palavras estabelecem relações intrincadas com a história de constitutividade do país, visto que historicizam sentidos, colocando em jogo distintos lugares de significação. São, portanto, “[...] espaços da identidade histórica: é a memória temporalizada, que se apresenta como institucional, legítima” (ORLANDI, 1993, p. 13).

À memória cabe, afinal, o papel de sedimentar sentidos, que, por repetição e metáfora, são retomados pela/na composição da trama complexa de significação da realidade humana. Nesse movimento de significação, que legitima sentidos para os nativos pelo discurso do colonizador, distintas redes de memória recobrem, historicamente, as palavras “descoberta” e “conquista”.

² F o r m u l a ç ã o produzida, oralmente, pela Prof.^a Elizabeth Siqueira Madureira, na primeira edição do curso de extensão sobre Literatura Matogrossense, promovido pela Academia Matogrossense de Letras (AML), em março de 2015.

A primeira definição é apresentada como

[...] ato ou efeito de descobrir (algo), retirando-lhe a proteção, a cobertura, a capa ou invólucro que cobre, esconde;

descobrimto 1fig. ação, processo ou efeito de revelar a si próprio, a outrem e/ou às pessoas em geral (alguma coisa de que, até então, **não se sabia ou que se achava escondida**) [...] **invenção, criação de algo através do conhecimento técnico** etc. [...] reconhecimento do valor, da importância de (algo ou alguém) até então ignorado [...] a experiência de (algo) vivenciado de maneira intensa pela primeira vez [...] **a obtenção de domínio, de controle sobre (algo)** [...] **a chegada, a conquista e a exploração do território oficialmente desconhecido ou ignorado** [...] criações, invenções revolucionárias [...] que influenciaram de maneira radical o conhecimento e a história da humanidade, transformando-os definitivamente [...] (DESCOBRIR, 2015. Grifos nossos)

A prática do descobrir implica, pois, a retirada de uma cobertura, um descortino que revela novos horizontes, cujo produto final evoca – naquele que descobre – uma satisfação ou repúdio em face do novo, do diferente. Sob essa perspectiva, os efeitos de sentido que aí são produzidos partem de um funcionamento em que temos os viajantes europeus enquanto “removedores” de uma coberta de dúvidas que plasmava sobre o Novo Mundo.

Falar em “descobrimto” e não em “conquista” do Brasil é perfeitamente aceitável se considerarmos a possibilidade de intervenção do real da história³ como recorte do simbólico que permite o funcionamento das diferentes versões sobre um determinado acontecimento, fato histórico. Desse modo, convocam-se distintas memórias, a partir de diferentes filiações ideológicas.

Temos, ainda, pelo que sugere o vocábulo “descobrir”/“descoberta”, rastros de um discurso que se pretende, ao mesmo tempo, científico e unificador. Há, pelo *descobrimto*, uma necessidade de apagamento da memória existente, como se ela nunca tivesse existido; a cientificidade e a objetividade dos primeiros escritos revelam “[...] um discurso em que os europeus são sempre o “centro”, dado o discurso das des-cobertas que é um discurso sem reversibilidade. Nós é que os temos como nossos “outros” absolutos” (ORLANDI, 1990, p. 47). Assim, os colonizadores criam, *descobrem* um novo

³ Mariani (2008, p. 26) assinala que o trabalho do real da história se dá pelos “[...] pontos de impossível determinando o que não pode não ser dito de outra maneira. É porque há real, algo que escapa ao simbólico, que nos deparamos com a falha na cadeia significativa e com seus efeitos, ou seja, os deslizamentos de sentidos, os equívocos, os atos falhos”.

mundo pelo conhecimento português, administrador do saber científico, já livre da fabulação desmistificada pelas primeiras viagens rumo às Índias.

Em consonância com o imaginário suscitado pela “descoberta”, temos – significando o domínio/controlê e a exploração tanto do território quanto dos primeiros habitantes – os índios. Nessa direção, a *língua indígena*⁴ é silenciada da história jurídico-documental brasileira, uma vez que os textos do Brasil Quinhentista foram produzidos pelos missionários e pelos cientistas e colonizadores viajantes.

Nos primeiros relatos, como na carta de Pero Vaz de Caminha e de José de Anchieta, os povos indígenas são reduzidos, pela discursividade *civilizatória* vigente, a “argumentos” da retórica colonial.

Dessa forma, tais formulações europeias engendram um imaginário cujo efeito faz com que o indígena e a sua língua não signifiquem

[...] fora de certos sentidos necessários para a construção de uma identidade brasileira determinada em que o índio não conta [...] esse silêncio pode ser compreendido com resistência de toda a tentativa como existência do índio a toda tentativa de integração: ele não fala (do lugar em que se “espera” que ele fale). Quer se trate de dominação ou de resistência, é pela historicidade que se pode encontrar todo um processo discursivo marcado pela produção de sentidos que apagam o índio, processo que o colocou *no* silêncio. Nem por isso ele deixa de significar em nossa história (ORLANDI, 2007, p. 58).

Com efeito, o encontro entre os dois povos não se deu de modo pacífico, mas marcou o embate histórico que nos legou a memória de um povo subsumido por interdições: a tentativa de apagamento da crença, da língua, dos costumes, das vestimentas etc. dos povos indígenas e, por conseguinte, da naturalização da imposição da língua portuguesa (europeia).

O cenário composto pela colonização produziu, da *descoberta* ao confronto, o litígio entre diferentes culturas, representadas pelo funcionamento das posições-sujeito em jogo: o índio e o europeu. A resistência indígena, inicial, denotou o incômodo intrínseco ao desconhecido, que se aproximou exatamente pela curiosidade fomentada pela dúvida.

Pela “descoberta” temos, então, implicados sentidos que esvaziam a substância significativa do outro (como que

⁴ Segundo Mariani (2004, p. 26), a língua indígena constitui a “língua geral”, “a língua primeira”, interdita pela necessidade de interiorizar os nativos nas discursividades religiosa e civilizatória dominantes, através da prática catequética.

jamais existida), cuja memória e cujos costumes e modos de ser/estar no território cedem lugar para as armas, para o desejo de dominação, para o conhecimento “autorizado” a legitimar desconhecidos.

Nas redes de memória que compõem a história de colonização, vemos circular certos sentidos cujos funcionamentos produzem efeitos na memória do corpo social de um país colonizado. Certamente, tomar posse da terra como “descobrimento” produziu, para o imaginário nacional, sentidos que silenciaram modos de (se) significar dos sujeitos que há muito habitavam o Brasil.

Por outro lado, a língua, por ser opaca e sujeita a falhas e, logo, capaz de equívoco, pela possibilidade de diferentes versões da história, torna possível a produção de diferentes gestos de interpretação dos acontecimentos que marcaram a constituição do sujeito-brasileiro.

Assim, que sentidos “conquista” faz circular nos substratos da memória e da identidade dos colonizados?

Os saberes são constituídos alhures pela possibilidade que a memória tem de cristalizar os sentidos pela língua, e esta, por meio de estruturas/vocábulos que lhes são constitutivos, está, nas palavras de Pêcheux (1990, p. 8),

[...] necessariamente em relação com o “não está”, o “não está mais”, o “ainda não está” e o “nunca estará” da percepção imediata: nela [na língua] se inscreve a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além, e o invisível.

Dessa forma, Pêcheux (1990), ao falar do “alhures”, do “além” e do “invisível”, se refere às diversas modalidades de ausência/presença, na constituição dos sentidos, que se repetem/atualizam, pelas formulações do dizer, em que termos-significantes se articulam e forjam a evidência e a naturalização que a leitura conteudista, supondo a relação direta entre linguagem/realidade, tenta apreender.

Vejamos, então, que “conquistar” apresenta as seguintes acepções:

[...] **apossar-se ou dominar pelas armas**; submeter, subjugar, tomar [...] alcançar, conseguir, **dominar (determinada coisa)**, sobrepujando obstáculos ou **enfrentando oposição** [...] (CONQUISTAR, 2015. Grifos nossos).

A leitura que fazemos das acepções nos apresenta um efeito de recorrência de sentidos que as articula exatamente por sinalizarem, ambas, pelo que dicionarizam, a dominação pela imposição da força, estruturada pela soberania, e que situa os colonizadores em uma posição de significação marcada, necessariamente, pela detenção do controle e do saber linguístico/territorial que os autoriza a administrar o outro.

A “conquista” produz, no entanto, certos deslocamentos em relação aos sentidos de “descobrir”, pois, ainda que houvesse uma tentativa de apagamento, alega-se, agora, a memória e os costumes de um povo.

Dessa maneira, os sentidos disponibilizados pela memória discursiva que se tem da/sobre a “conquista” do território nos remetem a um imaginário de interdição da língua e das crenças da cultura indígenas que não se deu sem o embate entre povos, mas assumiu, contudo, pelo que a própria memória associada à palavra nos permitiu pôr em visibilidade, a existência de “um outro” primeiro – que precisou ser “silenciado” pelo saber científico e, sobretudo, religioso, “autorizados” a fundar o território.

Vale ressaltar que, embora compreendamos que a palavra “cultura” integre as línguas/crenças, marcamos, pois, que a via principal de entrada para os gestos colonizadores europeus se deu, primeiramente, pelo silenciamento das práticas religiosas indígenas, por meio da imposição/disseminação do processo de catequização. Ou seja, para um povo que não tinha fé, lei ou rei, a catequização, ou, em outras palavras, a implantação de uma fé produziu, como consequência, o respeito ao governo e às suas leis.

Em um trecho do relato de Gândavo (1576), conforme veremos mais adiante, observaremos que o viajante, ao descrever suas primeiras impressões sobre os povos indígenas, fala primeiramente da sua falta de fé. Dito de outro modo, aceitar a fé dos portugueses é o processo que garante a submissão dos gentios à Lei e ao rei, razão pela qual os colonizadores dos índios foram os jesuítas e não especialistas em leis do Estado.

Compreendemos, pela análise das duas acepções, olhares que representam recortes possíveis ao nível do real da história constituinte do acontecimento da colonização, cuja representação escapa aos (des)limites dos vocábulos.⁵ Enquanto o primeiro configura um processo que descortina o

⁵ Selecionamos duas acepções dicionarizadas como ancoragem para análise e reflexão sobre a língua e sua história de constituição, por considerarmos os dicionários como instrumentos linguísticos e, logo, como objetos linguístico-históricos que disponibilizam formulações que recortam parte do processo de construção do sujeito nacional pela língua. Salientamos, contudo, que as definições dos dois verbetes não recobrem todos os sentidos que se colocam no processo de “descobrir” e “conquistar” o Brasil, como, por exemplo, o de *exploração predatória* do ambiente e o de *denegação* dos povos nativos do país.

invólucro do desconhecido, do inabitado e do “não significado”, o segundo circula, na memória do corpo social, como um gesto de afirmação de uma identidade nacional.

Tais imaginários, que produzem descolamentos de sentidos, conduzem também os viajantes a transitar rumo à “conquista”/“descoberta”, colocando em movimento as memórias, os esquecimentos, os intentos, os estranhamentos e os (pré)conceitos na arte de compor o mundo.

2. Língua da barbárie x língua da civilidade: a memória europeia sobre o bem dizer/fazer

O discurso sobre a colonização brasileira circunscreveu um emaranhado de outros discursos que, juntamente, compreenderam o processo de legitimação dos saberes sobre o espaço nacional. Essas discursividades buscaram significar, como dizemos, a língua, os habitantes e os espaços naturais.

Desse modo, os sentidos conformados pelo saber europeu instituíram formas-sujeito históricas específicas, tanto para o colonizador quanto para o brasileiro. Consideramos forma-sujeito “[...] o conjunto das diferentes posições de sujeito em uma formação discursiva como modalidades particulares de identificação do sujeito da enunciação ao sujeito do saber” (COURTINE, 1981, p. 10 *apud* INDURSKY, 2007).

Nessa perspectiva, o autor nos ajuda a compreender que a formação discursiva europeia colocou em prática as viagens de exploração, que, conseqüentemente, consolidaram a forma-sujeito histórica do colonizador, investida pelos sentidos que identificam as posições-sujeito pertencentes a essa forma-sujeito. É dessa forma, pois, que consideramos que a *forma-sujeito colonizador e/ou cartógrafo* do Brasil espraia sentidos e funda diferentes posições-sujeito: a do administrador, a do explorador,⁶ a do cientista, a do artista etc., segundo os propósitos de cada viagem.

O processo de colonização brasileira partilhou da institucionalização da língua portuguesa, com o objetivo de catequizar os índios e enraizar o poderio europeu no interior da colônia. Nesse cenário, observa-se uma disputa entre sujeitos cujos domínios linguísticos, entrecruzados, marcaram o processo que resultou na formação da “língua colonizada” e, mais tardiamente, na língua brasileira.

⁶Em relação à posição-sujeito colonizador, dadas as condições de produção do saber/fazer no Brasil-colônia, definimos o explorador como aquele que protagonizou uma colonização predatória, cuja função consistiu em retirar do espaço colonizado tudo o que se pode render em termos financeiros (madeira nobre, pedras preciosas, ouro etc.), mas junto desse processo de predação, predou-se também o nativo, pois deste foi retirada a crença, a cultura, a terra, a língua etc.

A partir da HIL, devemos considerar que, embora falemos a mesma língua, falamos, pois, línguas diferentes, em virtude de termos tido, em Portugal e no Brasil, processos de formação territorial e linguístico diferentes. Dessa forma, ao chamarmos “língua brasileira”, tal como a consideramos, fazemos reverberar a história de constituição dessa língua, que é formada de uma versão, sobretudo histórico-ideológica, de uma articulação entre falantes de língua portuguesa (africanos e portugueses) e línguas indígenas.

Reconhecemos, desta forma, que a língua brasileira culminou da articulação entre diferentes línguas e também se colocou como forma de resistência, pois, enquanto o governo português tentava fazer prevalecer a língua de Portugal, na *terra brasilis* se falava uma *língua geral* (MARIANI, 2004, p. 57), que resultava dessas línguas em contato.⁷

Para o europeu, o conhecimento das línguas indígenas – especialmente Tupinambá e Guarani – tanto significava a possibilidade de colonização quanto foi “[...] responsável pela manutenção de uma determinada direção de sentidos para as línguas em circulação na colônia” (MARIANI, 2004, p. 57).

O interesse pelas questões referentes às línguas, especialmente indígenas, manifestou-se, inicialmente, nos séculos XVI e XVII, por meio de relatos de viagem produzidos pelos primeiros colonizadores. Mariani (2004, p. 57) comenta que as primeiras descrições sobre as línguas foram encontradas nos relatos de José de Anchieta (1570), Pero de Magalhães Gândavo (1576), Fernão Cardim (1584), Gabriel Soares de Sousa (1587) e Frei Vicente do Salvador (1627). A narratividade composta por esses viajantes produziu discursos que instituíram sobre a língua a mesma memória eurocêntrica cristalizada acerca da “selvageria dos povos indígenas” e sobre a sua carência linguística.

Ao descrever a língua do indígena, o europeu atualiza a memória de sentidos conformada pelas práticas de colonização e de exploração dos primeiros povos. Trata-se, pois, de considerar que os sentidos resultantes dos fatos históricos intervêm na língua, produzindo nela efeitos materiais. Assim, a língua que descreveu e documentou a língua indígena – a língua de Portugal – foi responsável por silenciar a *língua geral* e por produzir sobre a língua dos índios um discurso científico, calcado no saber linguístico

⁷ Referimo-nos à língua de Portugal, a língua indígena e a africana, pois os primeiros negros chegaram ao Brasil entre 1549 e 1542, pela Capitania de Pernambuco.

positivista e colocado em funcionamento pelos primeiros estudos linguísticos iniciados na Europa.

Mais de três séculos mais tarde, ainda vemos o efeito desses gestos de colonização, marcados no diário de Florence, que coloca em funcionamento a memória dos sentidos que instituíram o olhar europeu sobre o Brasil. Essas marcações estão dadas nas narrativas utilizadas por esse viajante-artista, ao descrever o rio que corta a cidade de Cáceres, em Mato Grosso, o Rio Paraguai.

Observaremos, então, a forma como o discurso sobre a língua se inscreve no relato de Florence, fazendo repetir sentidos e formulações disponibilizados pela memória discursiva da relação “civilidade”/“barbárie”, ao mesmo tempo em que o viajante faz predicções sobre o espaço-símbolo da cidade, o Rio:

A província possui o **mais belo caminho do mundo**, o Paraguai: poderia ter excelentes estradas de rodagem, mas ali estão ainda no **século da barbaria** (FLORENCE, 2007, p. 166. Grifos nossos).

É pela relação *língua/história* que tomamos os efeitos materiais como sendo de um fora da língua, exteriores a ela, mas que nela produzem efeitos de sentido. Assim, compreendemos a “barbárie”⁸ como uma discursividade, que recobre os sentidos produzidos sobre o indígena ainda nos primeiros contatos com o europeu. Nessa medida, interessa-nos compreender o processo discursivo que resulta dessa palavra no dizer de Florence, isto é, como esse vocábulo joga com sentidos legitimados/cristalizados na/pela história. Ao integrar um imaginário sobre a cidade/o Rio, a discursividade da “barbárie” espraia sentidos constituídos alhures, permitindo-nos precisar os pontos de filiação do dizer de Florence.

Nota-se, nos primeiros escritos sobre os nativos – séculos XV e XVI –, a recorrência de um dizer que constrói um lugar litigioso entre colonizadores e colonizados, calcado na concepção de civilidade importada da Europa. Desse modo, o bárbaro era aquele que não falava o latim, o estrangeiro, o diferente, o inculto, o não civilizado.

O termo “barbárie” é constitutivo do discurso histórico sobre o processo da colonização, uma vez que deixa entrever sentidos atribuídos ao processo de evolução linguística,

⁸ A rede de significação tecida pelo termo *barbárie* tem sua premissa na Grécia antiga, em que os gregos designavam “bárbaros” os que não falavam grego, os não gregos, portanto. Muitos estrangeiros que falavam grego, contudo, não eram considerados “bárbaros”. No Império Romano

sobretudo aqueles referentes aos primeiros habitantes do Novo Mundo.

Embora a “barbárie” possa estar mais relacionada com questões etnográficas, antropológicas, essa palavra, no dizer de um viajante francês, atualiza uma memória discursiva da diversidade linguística, que consolidou, na história da constituição da língua nacional, lugares discursivos que identificaram os sujeitos na sua relação com a própria língua e com a língua do outro. Trata-se, dessa maneira, de observar que, ao falar uma determinada língua, o sujeito já produz a interpretação compreendida como gesto, determinado, por sua vez, pelas condições materiais de circulação dessa língua.

Assim, a história foi conformando lugares discursivos tanto para os que eram permitidos às línguas consideradas de prestígio, científicas, da cultura/administração, quanto para aqueles cujos domínios linguísticos eram situados sob a ordem do desprestígio, da não civilidade, da selvageria.

O “século da barbaria”, tal como coloca Florence, movimenta o que, segundo Mariani (2004, p. 58), pode ser considerado como um imaginário de política de língua produzido pela soberania das línguas europeias: o português, o latim, o espanhol e o francês. Nesse sentido, a discursividade da “barbárie” põe em circulação, no dizer do viajante, não só sentidos que nos redimensionam à memória de práticas consideradas não civilizadas, selvagens, mas um lugar discursivo que identifica o francês como o sujeito do bem-dizer, falante da língua de prestígio, da língua científica.⁹

Na dispersão do texto, observamos a interdiscursividade que o dizer de Florence estabelece com as impressões de Pero de Magalhães Gândavo (1576, *apud* MARIANI, 2004, p. 181), em seu texto original, ao registrar seu primeiro contato com a terra e o povo brasileiros:

[...] a lingoa deste gentio toda pella costa he hã, careçe de tres letras – F – não se acha nella, ne, L, ne, R, cousa digna despanto por q assy não tem fê ne, lei, ne Rei, & desta maneira viue sem justiça desordenadamente.

Na narrativa de Florence, a memória reverberada nos (re) transporta para o contato de Gândavo com os considerados “selvagens”, que funda, através de um dizer orientado por um entrelaçamento de formações discursivas, o imaginário de terra sem

⁹ Referimo-nos à língua das expedições científicas, empreendidas, sobretudo, durante o século XIX. O francês constituiu-se, nesse período, enquanto língua das artes e materialidade significativa do discurso naturalista.

ordem, sem administração e sem princípios religiosos. Temos, então, uma filiação possível do imaginário de Florence acerca dos modos de organização/espacialização dos habitantes da atual cidade de Cáceres.

Com base no que expõe Gândavo, vemos que o discurso de Florence faz circular sentidos que tomam a civilidade como sendo resultado tanto da incursão religiosa quanto da jurídica. Vemos, portanto, que o viajante narra a importância do Rio Paraguai, enaltecendo-o, por meio do efeito discursivo que a adjetivação produz sobre os sentidos de urbanização. O imaginário herdado das viagens às Índias e a outros lugares confronta a memória da língua que o viajante faz atualizar – *a língua da barbárie*. Isso porque, no movimento dos sentidos, os efeitos que são produzidos põem em debate os pares urbanidade/civilidade, haja vista que a grande utilidade que o Rio representa – o crescimento do comércio e o consequente desenvolvimento da cidade – não silencia a memória de não civilidade, selvageria, que o discurso de Florence faz funcionar.

Se o dizer do viajante coloca em conflitualidade as discursividades de urbanização e de civilidade, temos, então, a ideia de não civilidade como um fator de interdição dos sentidos de progresso e de desenvolvimento da cidade de Cáceres-MT.

O que o discurso de Florence faz atualizar é a memória que colocou, na base do ideário de urbanização/progresso, os sentidos de civilidade, formulados a partir de um saber discursivo europeu. Nessa direção, só o bem-dizer a língua, orientado, por conseguinte, pela tradição europeia de escrita/leitura, “[...] possibilita o funcionamento da urbanização de uma nação, o que implica em seu estatuto de civilidade que por sua vez lhe autoriza a dizer sua língua [...]” (PFEIFFER, 2000, p. 110).

Os sentidos sobre o sujeito-bárbaro, que produzem seus efeitos na língua, fundamentam-se na/pela ideologia que configurou a posição discursiva do “não civilizado”. Como visibilizamos, essa posição foi consolidada pela relação histórica entre os gregos e os demais povos que não tinham o latim como sua primeira língua e/ou que não eram oriundos da Grécia, assim, a população grega, considerada “linguisticamente superior”, constitui os sentidos de barbárie que irradiaram e

atingiram os gestos de interpretação produzidos pelos viajantes europeus, em viagens ao Brasil.

Os povos considerados pertencentes às camadas superiores da sociedade grega, já investidos pelos sentidos que a urbanização consolidou, encontram, no discurso do viajante europeu, um lugar próprio de identificação. É dessa maneira, então, que vemos funcionar, no dizer de Florence, processos de identificação *sujeito/língua*.

Essas considerações sobre a relação entre a língua de prestígio, falada pelo europeu, e a língua da barbárie, falada pelo sujeito não-civilizado, articulam-se à reflexão sobre o modo como a língua da ideologia dominante atua de modo a naturalizar e “docilizar” os sujeitos-brasileiros pela imposição, sutil, da língua do Estado: “[...] a língua da ideologia jurídica permite conduzir a luta de classes sobre a aparência da paz social” (PÊCHEUX, 1990, p. 11), uma vez que proporciona o que é necessário para a manutenção da eficácia das formas de controle do Estado, que, durante a colonização, consistiu na posse da terra e na dominação, pela religião, dos indígenas.

Observamos que o funcionamento discursivo promovido pelo vocábulo “barbárie” coloca em movimento um processo que identifica o viajante francês com uma forma-sujeito histórica circunscrita nos primeiros relatos de viagem, cujo cerne era o retrato dos povos considerados bárbaros, por não falarem a língua portuguesa, de tradição europeia. Além disso, o termo também convoca a memória de institucionalização da língua no Brasil, bem como o lugar discursivo que Florence ocupa para se constituir como o falante da língua de prestígio, do bem-dizer.

É, pois, por meio de um discurso sobre a língua, colocado em funcionamento pela discursividade da “barbárie”, que Florence reconstrói o lugar discursivo historicamente conformado sobre/pelo europeu: aquele que, ao falar a língua de prestígio, investidos pelo imaginário de urbanização e progresso econômico e cultural, sobrepõe a civilização originária do ocidente.

Considerações finais

A tradição de leitura/produção dos textos, que retrataram as grandes viagens, compõe o arquivo em que se reservam os

discursos produtores dos efeitos de sentido sobre o processo de colonização/exploração/documentação do território brasileiro e dos primeiros contatos com a língua do povo colonizado, a do europeu. Se, por um lado, os primeiros escritos materializaram discursos, que, elaborados pela discursividade civilizatória dos séculos XV e XVI, constituíram sentidos *sobre* a terra brasileira, *sobre* os sujeitos nativos e *sobre* a língua, as expedições científicas, iniciadas no final do século XVIII e perduradas no XIX, geriram o processo que cartografou pela linguagem os espaços naturais e as inúmeras espécies de plantas/animais encontradas no Brasil.

Neste artigo, buscamos derivar, por meio de análises dos termos “descobrir”, “conquistar” e “barbárie”, algumas reflexões sobre as formas pelas quais o discurso sobre a língua e sobre sujeito brasileiro se inscreve na história de colonização e de que maneira está também presente no dizer/relato do viajante-europeu, que associa os sujeitos falantes a um lugar de não civilidade, de barbárie.

Recortamos as definições de diferentes condições de produção, as primeiras dicionarizadas e a última selecionada de um registro de viagem do século XIX, observando, contudo, que essas definições refazem o mesmo caminho dos sentidos fundadores da nação-Brasil e autorizam os viajantes a importar, recriar e impor saberes científicos e culturais sobre a língua e sobre os primeiros habitantes do território.

Nessa direção, a análise que fizemos dos termos – “descobrir”, “conquistar” e “barbárie” – nos permitiu observar que os discursos produzidos por essas acepções se inscrevem no discurso na colonização que, por sua vez, se articula ao discurso que “dá a conhecer o Novo Mundo” (ORLANDI, 1990, p. 15). Os sentidos advindos dessa relação entre os termos nos fazem reconhecer que o discurso colonial, atravessado, em certa medida, pelos vocábulos analisados, considera para o sujeito e para a língua brasileira apenas o cultural e apagam o histórico.

REFERÊNCIAS

CONQUISTAR. *Grande Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*, 2015. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=sert%25C3%25A3o>. Acesso em 05/06/2015.

DESCOBRIR. *Grande Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*, 2015. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=sert%25C3%25A3o>. Acesso em 05/06/2015.

FLORENCE, H. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. Tradução de Visconde de Taunay. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *História da província Sa[n]cta Cruz a qui vulgarme[n]te chamamos Brasil*. Lisboa: Antônio Gonçalves, 1576.

INDURSKY, Freda. Formação discursiva: essa noção ainda merece que lutemos por ela? *In: INDURSKY, Freda; LEANDRO, Maria Cristina Ferreira (org.). Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Paulo: Claraluz, 2007, p. 163-172.

MARIANI, Bethânia. *Colonização linguística; Brasil (séculos XVI a XVIII) e estados Unidos da América (século XVIII)*. Campinas: Pontes Editores, 2004.

_____. Língua nacional e pontos de subjetivação. *In: Revista Estudos Linguísticos*, São Paulo, n. 37, v. 3: p. 25-31, 2008.

ORLANDI, E. P. *Terra à vista*. Discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas: Cortez, 1990.

_____. Vão surgindo sentidos. *In: Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes Editores, 1993.

_____. Processo de descolonização linguística e ‘Lusofonia’. *In: Línguas e instrumentos linguísticos*, n. 19. Universidade Estadual de Campinas: Pontes Editores, 2007.

OS BÁRBAROS. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/historiag/os-barbaros.htm>. Acesso em: 18/03/2016.

PÊCHEUX, Michel. "Delimitações, inversões, deslocamentos". In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, 19p., jul/dez, 1990.

PFEIFFER, Cláudia Regina C. *Bem dizer e retórica: um lugar para o sujeito*. 2000. 174p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas.

Abstract

Language, memory of colonization and narrativity in the 19th century

This work analyzes the words discover, conquer, and barbarism, about the formulation of the first senses about the constitution of the Brazilian language and the process of scientific and territorial colonization by the European in Brazil. We cut the three definitions of different conditions of production: the first two in the Houaiss dictionary (2015) and the third in the nineteenth-century French painter and traveler diary Hércules Florence (2007), written in the nineteenth century, proposing a dialogue between the ways these words move and update the memory of European colonization in Brazil and its developments for the formation of the national language. Anchored to the assumptions of the History of Linguistic Ideas, in articulation with the Discourse Analysis, we sought to determine how the subject-colonizer relates to the Brazilian language, in its initial colonization practices, and the forms of the senses sedimented by the definitions of dictionaries.

Keywords: National Language. Colonization Memory. Travel Reports.